

**Azul Companhia de Seguros Gerais**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores acionistas e demais interessados,**  
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

**NOSSO DESEMPENHO**

**Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 4.773,2 milhões, com uma diminuição de R\$ 180,1 milhões, 3,6% em relação ao exercício anterior.

**Despesas administrativas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,1%, com um aumento de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

**Resultado financeiro**

O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 128,2 milhões, uma diminuição de R\$ 94,0 milhões, 42,3% em relação ao exercício anterior.

**Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de (93,8)%, apresentando uma diminuição de 3,7 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2024 foi de (91,4)%, uma diminuição de 5,3 p.p. em relação ao exercício anterior.

**Resultado por ação**

O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 267,6 milhões, uma diminuição de R\$ 157,1 milhões em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R\$ 122,8 em 2024, uma redução comparada ao exercício anterior que foi R\$ 198,1.

**Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

**Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**  
**Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio**

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Para mais informações sobre os membros do Comitê, consulte o site de Relação com Investidores.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

**Definição de dupla materialidade como base estratégica**

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e

validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança. Como resultado, os doze temas materiais identificados foram:

- Comportamento ético, integridade e compliance
- Descarbonização e Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)
- Desenvolvimento das Comunidades Locais
- Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
- Engajamento e valorização das pessoas
- Gestão da cadeia de valor
- Gestão de Resíduos
- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Investimentos Sustentáveis
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto
- Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento
- Segurança e privacidade de dados

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

**Estratégia integrada de sustentabilidade e compromissos futuros**

Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis.

**1. Pilar: Valorização do Capital Humano e Impacto Social**

- 1.1. Temas materiais associados:
  - Desenvolvimento das Comunidades Locais
  - Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades
  - Engajamento e valorização das pessoas
2. Estratégia Climática e Circularidade

**2.1. Temas materiais associados:**

- Descarbonização e emissões de GEE
- Gestão de Resíduos

**3. Produtos e Soluções Sustentáveis**

**3.1. Temas materiais associados:**

- Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos
- Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de Impacto.
- Investimentos Sustentáveis

**4. Engajamento da Cadeia de Valor**

- 4.1. Temas materiais associados:
  - Comportamento ético, integridade e compliance
  - Gestão da cadeia de valor
  - Satisfação do Cliente e Corretor na qualidade do Atendimento
  - Segurança e privacidade dos Dados

A estratégia reflete o compromisso da Porto com inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, orientando a organização para alcançar resultados consistentes, alinhados às expectativas de suas partes interessadas e à construção de um futuro mais justo e inclusivo.

**Índice Carbono Eficiente da B3**

Em 2024, por mais um ano, a Porto foi incluída no Índice Carbono Eficiente (ICo2-B3) da B3, que reúne empresas com os menores coeficientes de emissões de carbono. A inclusão reflete o reconhecimento do compromisso da Porto na estratégia de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Esse reconhecimento fortalece a posição da empresa no mercado, destacando sua contribuição na transição para uma economia de baixo carbono.

**Parceria Porto e WayCarbon**

A Porto firmou uma parceria com a WayCarbon, empresa global e referência em soluções climáticas voltadas para a transição justa e resiliente rumo a transição para uma economia de baixo carbono, para o desenvolvimento do Plano de Descarbonização para a companhia.

O trabalho almeja: 1) Elaborar o inventário de gases de efeito estufa da operação direta e indireta da Porto (uma iniciativa pioneira no Brasil em calcular as emissões seguras- Metodologia PCAF); 2) Desenvolver Projetos para os próximos anos para reduzir as emissões alinhada com iniciativas e metodologias globais na Porto e em sua cadeia de valor.

**AMBIENTE ECONÔMICO**

O ambiente econômico mostra-se desafiador no início do ano de 2025. A conjuntura indica dinamismo do PIB, com sinais incipientes de acomodação a partir de patamar elevado. A inflação por sua vez segue acima da meta. A taxa Selic deve ser elevada ao longo de todo primeiro semestre.

Prospectivamente, fatores da economia internacional contribuem para um ambiente mais desafiador para economias emergentes, enquanto a condução da política fiscal se apresenta como principal fator de risco prospectivo na economia doméstica.

Nos EUA, o mercado de trabalho segue sustentado e reverte parte da fraqueza apresentada ao começo do segundo semestre de 2024. Concomitantemente, a desinflação perdeu força. O principal indicador de preços ao consumidor acompanhado pelo Federal Reserve (FED), o PCE, mostra variação de 2,81% nos doze meses encerrado em novembro de 2024. A despeito de expectativa de acomodação adicional, não se projeta o retorno ao centro da meta (2%) durante 2025.

As propostas em torno da política fiscal, comercial e regulatória sugerem a possibilidade de impulso adicional de crescimento e elevação das expectativas de inflação dos EUA, o que reforça a perspectiva de que a inflação apresenta riscos altos.

Consequentemente, estima-se um ritmo de cortes de juros menor por parte do FED ao longo do ano. A projeção mediana dos integrantes do FOMC (Comitê de política monetária do FED) para 2025 indica somente dois cortes no ano. Logo, a taxa de política monetária norte-americana permanecerá em patamar restritivo nos próximos meses. O efeito direto desta constatação é que o dólar global tende a ficar pressionado, impondo restrições para economias emergentes.

No Brasil a conjuntura mostra dinamismo na atividade e no mercado de trabalho. O PIB de 2024 deve avançar 3,6%, enquanto a taxa de desemprego se encontra próxima aos valores mínimos da série histórica.

Os dados de alta frequência divulgados pelo IBGE referentes a novembro, bem como indicadores antecedentes referentes a dezembro e janeiro sugerem arrefecimento da atividade na margem. Destaca-se que, dada a projeção de PIB para 2025, a desaceleração vista nos dados da margem é amplamente esperada.

Ao mesmo tempo, este nível de atividade projetado para 2025 ainda está acima do que consideramos ser o patamar do PIB potencial no Brasil. Ou seja, a despeito da desaceleração, o ambiente de demanda agregada seguirá produzindo pressão inflacionária.

A demanda aquecida é refletida nas últimas leituras do IPCA, que encerrou o ano de 2024 em 4,8%, acima do intervalo permitido pela meta de inflação (4,5%).

Vemos distintos riscos de aceleração da inflação do curto prazo. A alimentação no domicílio é pressionada pela carne vermelha. Os bens industriais, sensíveis ao câmbio, começam a mostrar o impacto da desvalorização do real ocorrida no final do primeiro semestre de 2024. Salvo uma rápida apreciação da moeda, estimamos que a desvalorização de novembro e dezembro de 2024 deverá pressionar a inflação até o ano de 2026.

Finalmente, a inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico e com maior inércia, é pressionada pela atividade aquecida. Assim, projeta-se IPCA de 6% em 2025 e de 4,5% em 2026.

Para as expectativas de inflação, o principal detratador é a condução da política fiscal. Apesar de projetarmos o cumprimento da meta do arcabouço fiscal em 2024, o déficit total e sua trajetória preocupam. Para os próximos anos, a menos que ocorra um salto no resultado primário, a dívida em relação ao PIB aumentará. Isto ocorre de um ponto de partida já desafiador.

Consideramos pouco provável uma reversão relevante das expectativas fiscais no curto prazo. Assim, a expectativa de inflação seguirá pressionada, dinâmica que já observamos nos últimos meses no boletim Focus. Para além dos 275 pontos já implementados desde setembro de 2024, esperamos mais 200 pontos de elevação dos juros, o que levará a taxa Selic para 15,25% estimado para junho de 2025.

**AGRADECIMENTOS**

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

**A Administração**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Dezembro	
		de 2024	de 2023			de 2024	de 2023
<b>Circulante</b>		<b>2.671.144</b>	<b>3.238.586</b>	<b>Circulante</b>		<b>3.077.946</b>	<b>3.365.234</b>
Disponível		57.272	65.711	Contas a pagar		211.809	242.664
Caixa e bancos	7	57.272	65.711	Obrigações a pagar	16.1	58.292	59.672
Equivalentes de caixa	7	124.932	17.218	Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	134.841	139.434
Aplicações financeiras	8	185.711	776.393	Encargos trabalhistas		5.619	8.770
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.765.156	1.820.690	Impostos e contribuições		11.915	33.371
Prêmios a receber	9.1	1.765.156	1.820.690	Outras contas a pagar		1.142	1.417
Outros créditos operacionais		29.363	26.362	Débitos das operações com seguros e resseguros	17	72.644	76.087
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.107	1.073	Prêmios a restituir		725	542
Títulos e créditos a receber		4.071	3.859	Corretores de seguros e resseguros		55.782	65.911
Títulos e créditos a receber		47	-	Outros débitos operacionais		16.137	9.634
Créditos tributários e previdenciários	10	1.824	627	Depósitos de terceiros	18	27.272	9.144
Outros créditos		2.200	3.232	Provisões técnicas - seguros	19	2.766.221	3.037.339
Outros valores e bens	12	71.677	70.743	Danos		2.765.929	3.037.059
Bens à venda	12.1	39.739	42.344	Pessoas		292	280
Outros valores		31.938	28.399	<b>Não circulante</b>		<b>199.796</b>	<b>199.582</b>
Despesas antecipadas		5.825	5.076	Contas a pagar		23.607	25.583
Custos de aquisição diferidos	13	426.030	451.461	Obrigações a pagar	16.1	4.820	3.616
Seguros		426.030	451.461	Tributos diferidos	10.1.3	18.787	21.967
<b>Não circulante</b>		<b>1.724.432</b>	<b>1.582.792</b>	Provisões técnicas - seguros	19	94.986	99.384
Realizável a longo prazo		1.618.624	1.455.894	Danos		94.070	98.476
Aplicações financeiras	8	1.426.764	1.265.158	Pessoas		916	908
Títulos e créditos a receber		186.252	177.592	Outros débitos		81.203	74.615
Créditos tributários e previdenciários	10	96.679	86.041	Provisões judiciais	20.1	81.203	74.615
Depósitos judiciais e fiscais	11	88.554	90.184	<b>Patrimônio líquido</b>	21	<b>1.117.834</b>	<b>1.256.562</b>
Outros créditos		1.019	1.367	Capital social		862.489	922.331
Outros valores e bens	12.1	4.813	12.807	Reservas de reavaliação		200	242
Despesas antecipadas		792	328	Reservas de lucros		283.831	356.775
Custos de aquisição diferidos	13	3	9	Ajustes de avaliação patrimonial		(28.686)	(22.786)
Seguros		3	9	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.395.576</b>	<b>4.821.378</b>
Investimentos		184	82				
Participações societárias		184	62				
Imobilizado	14	52.729	59.591				
Imóveis de uso próprio		51.428	56.653				
Bens móveis		1.301	2.938				
Intangível	15	52.895	67.225				
Outros intangíveis		52.895	67.225				
<b>Total ativo</b>		<b>4.395.576</b>	<b>4.821.378</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro	
		de 2024	de 2023
Prêmios emitidos	22	4.773.155	4.953.208
Variações das provisões técnicas			
de prêmios	23	288.002	(140.682)
<b>Prêmios ganhos</b>	22	<b>5.061.157</b>	<b>4.812.526</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	24	<b>(3.068.954)</b>	<b>(2.794.390)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	25	<b>(1.049.414)</b>	<b>(943.166)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	26	<b>(51.102)</b>	<b>(55.535)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(1.162)</b>	<b>(1.131)</b>
Despesa com resseguro		(1.162)	(1.131)
<b>Despesas administrativas</b>	27	<b>(461.450)</b>	<b>(428.118)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	28	<b>(114.753)</b>	<b>(114.365)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	29	<b>128.228</b>	<b>222.252</b>
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>(98)</b>	<b>(131)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>442.452</b>	<b>697.942</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>6.350</b>	<b>3.126</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>448.802</b>	<b>701.068</b>
Imposto de renda	10.2	(100.171)	(161.619)
Contribuição social	10.2	(63.892)	(102.214)
<b>Participações sobre o lucro</b>		<b>(17.110)</b>	<b>(12.509)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>267.629</b>	<b>424.726</b>
Quantidade de ações		2.180	2.200
Resultado por ação básico e diluído		122,7468	198,0767

As notas explicativas da Administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

	Dezembro	
	de 2024	de 2023
<b>Resultado do exercício</b>	<b>267.629</b>	<b>424.726</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(5.900)</b>	<b>20.427</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(9.283)	34.768
Efeitos tributários	3.713	(13.907)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(551)	(723)
Efeitos tributários	220	289
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>261.729</b>	<b>445.153</b>

As notas explicativas da Administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

## Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 – 16º ao 20º andares – Centro – CEP: 20040-070 – Rio de Janeiro – RJ



→ continuação

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	267.629	424.726
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	16.953	11.311
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(10.342)	(2.138)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(6.350)	(3.126)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(42.609)	155.563
Equivalência patrimonial	98	85
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	429.076	(373.965)
Créditos das operações com seguros e resseguros	55.560	(156.831)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(34)	903
Créditos tributários e previdenciários	(1.197)	(144)
Ativo fiscal diferido	(10.638)	71.036
Depósitos judiciais e fiscais	1.630	(3.882)
Despesas antecipadas	(1.213)	(223)
Custos de aquisição diferidos	25.437	(56.971)
Outros ativos	15.508	7.396
Impostos e contribuições	137.737	207.733
Outras contas a pagar	(11.375)	21.683
Débitos das operações com seguros e resseguros	(3.443)	(5.322)
Depósitos de terceiros	18.128	2.441
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(232.907)	59.258
Provisões judiciais	6.588	2.596
Outros passivos	(8.515)	24.749
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>645.721</b>	<b>386.878</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(159.193)	(197.100)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>486.528</b>	<b>189.778</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	10.592	58.790
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3)	(506)
Intangível	-	(18.159)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades investimento</b>	<b>10.589</b>	<b>40.125</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	(59.842)	(53.297)
Distribuição de dividendos e JCP	(338.000)	(301.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(397.842)</b>	<b>(354.297)</b>
<b>Aumento(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>99.275</b>	<b>(124.394)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.929	207.323
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	182.204	82.929

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (\*):

	2024
Azul Companhia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	<b>Participação</b>
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	100%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	<b>Participação</b>
Ações em circulação	70,8%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	<b>Participação</b>
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itaúseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itaúseg Participações S.A.	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaúcard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	<b>Participação</b>
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(\*) Participações nas ações ordinárias.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições das Leis das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

**2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

**2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

**2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

**2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

**CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)**

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

**2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS****CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022**

A nova norma alterou alguns artigos da Circular SUSEP nº 648/2021 a partir

de 1º de janeiro de 2024, aprovando o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e alterando principalmente os dispositivos relacionados às provisões técnicas e Teste de Adequação de Passivos (TAP). Adicionalmente, instituiu que a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da redução ao valor recuperável (RVR) dos ativos de resseguro e prêmios a receber. Além disso, referenda em seu art. 138, que na aplicação do CPC 48, os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam justificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras em função da alteração de abordagem para fins de análise de "impairment" dos seus ativos financeiros. Apesar do CPC 48 reter em grande parte os requerimentos existentes do CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, em relação a classificação e mensuração de valor justo foram eliminadas as categorias para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);  
(ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e  
(iii) mensurados ao custo amortizado.

**(ii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO (VJR):**

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

**(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA):**

São reconhecidos pelo valor justo por meio dos resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

**(iii) ATIVOS FINANCEIROS - MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO:**

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2024:

Classificação - CPC 38 vigente até 31/12/2023	Nova classificação - CPC 48 vigente a partir de 01/01/2024
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	
Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

**2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024, exceto pelas novas exigências decorrentes da Circular SUSEP nº 678/2022, que podem ser consultadas nas notas explicativas nºs 3.1 e 3.12.2.

**3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

**3.2 ATIVOS FINANCEIROS****(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os custos de aquisição diferidos e os resultados esperados.

**(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

**(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

**(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários), prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

**(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos;
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto;
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

**3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"****3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos,

etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixos ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

**3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA**

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

**3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, os quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

**3.4 ATIVOS DE RESSEGURO**

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

**3.5 BENS À VENDA - SALVADOS**

A Companhia detém bens salvados que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, os quais são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

**3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS**

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

**3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO**

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

**3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO**

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do exercício.

**3.9 IMOBILIZADO**

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

**3.10 INTANGÍVEL**

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

**3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO**

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

**3.12 PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGUROS****3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO**

Utilizam-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplicam-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não são aplicados os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios dos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Pisos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não emitidos (PSO-IVNE) com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNEr é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas aloáveis e não aloáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e



**Azul Companhia de Seguros Gerais**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contínuo dos principais riscos. Ressalta-se que este é um trabalho evolutivo, o qual está sendo endereçado por meio de processo de autoavaliação de risco, planos de ação e acompanhamento de KRIs.

**6. GESTÃO DE CAPITAL**

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Previdência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>1.117.834</b>	<b>1.256.562</b>
(+/-) Ajustes contábeis.....	(59.696)	(72.711)
Participações societárias.....	(184)	(82)
Despesas antecipadas.....	(6.617)	(5.404)
Ativos intangíveis.....	(52.895)	(67.225)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos.....	(25.745)	(3.110)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	(25.745)	(3.110)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1.....	(117.517)	(113.461)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(66.089)	(56.807)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+).....	(51.428)	(56.654)
<b>PLA de nível 1</b> .....	<b>914.876</b>	<b>1.067.280</b>
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	214.630	255.828
<b>PLA de nível 2</b> .....	<b>214.630</b>	<b>255.828</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	66.089	56.807
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+).....	51.428	56.654
<b>PLA de nível 3</b> .....	<b>117.517</b>	<b>113.461</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b> .....	<b>1.247.023</b>	<b>1.436.569</b>
Capital base (I).....	15.000	15.000
Capital de risco (II).....	1.061.665	1.058.057
Capital de risco de subscrição.....	998.537	990.077
Capital de risco de mercado.....	47.605	54.411
Capital de risco de crédito.....	31.476	36.087
Capital de risco operacional.....	33.910	34.259
Benefício da correlação entre riscos.....	(49.863)	(56.777)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II).....	1.061.665	1.058.057
Suficiência de capital.....	185.358	378.512

**7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Depósitos bancários.....	57.272	65.711
Equivalentes de caixa (*).....	124.932	17.218
	<b>182.204</b>	<b>82.929</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

**8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

**8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO**

**8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)**

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
<b>Fundos abertos</b>				
Outros.....	207	-	207	189
	<b>207</b>	<b>-</b>	<b>207</b>	<b>189</b>
<b>Fundos exclusivos</b>				
LFTs.....	77.592	-	77.592	201.302
Cotas de fundos de investimento.....	47.727	-	47.727	42.522
LTNs.....	40.508	-	40.508	395.175
Debêntures.....	-	12.053	-	-
Ações de companhias abertas.....	6.470	-	6.470	16.536
Letras Financeiras - privadas.....	-	1.252	1.252	51.430
NTNs - B.....	-	-	856	856
Outros.....	-	109	109	68.627
	<b>172.297</b>	<b>13.414</b>	<b>185.711</b>	<b>656.391</b>
<b>Total</b> .....	<b>172.504</b>	<b>13.414</b>	<b>185.918</b>	<b>120.057</b>
Circulante.....	-	185.711	-	776.393
Não circulante.....	172.504	-	207	244
% das aplicações classificadas nesta categoria:		<b>12%</b>		<b>38%</b>

**8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Carteira própria		
NTNs - B.....	379.046	973.406
<b>Total - não circulante</b> .....	<b>379.046</b>	<b>973.406</b>
% das aplicações classificadas nesta categoria:		<b>48%</b>
(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 438.155 (R\$ 1.010.467 em 31 de dezembro de 2023).		

**8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (\*)**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Fundos exclusivos (*)</b>		
LTN.....	524.642	291.508
LTN.....	522.869	-
<b>Total - não circulante</b> .....	<b>1.047.511</b>	<b>291.508</b>
% das aplicações classificadas nesta categoria:		<b>14%</b>
<b>Total das aplicações</b> .....	<b>1.612.475</b>	<b>2.041.551</b>
(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.004.602 (R\$ 286.325 em 31 de dezembro de 2023).		

**8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (\*)**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>2.058.769</b>	<b>1.810.610</b>
Aplicações.....	1.953.486	1.599.137
Resgates.....	(2.404.091)	(1.597.412)
Rendimentos.....	138.526	211.666
Ajuste a valor de mercado.....	(9.283)	34.768
<b>Saldo final</b> .....	<b>1.737.407</b>	<b>2.058.769</b>

(\*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

**8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE**

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos, sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Ativo circulante (*).....	4.097.701	4.503.500
Passivo circulante.....	3.077.946	3.365.234
<b>Índice de liquidez corrente</b> .....	<b>1,33</b>	<b>1,34</b>
(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.		

**8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS**

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*).....	12,13	11,63
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTNs.....	14,07	11,05
NTNs - B - IPCA.....	5,73	4,09
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,08	0,14
<b>Carteira própria</b>		
NTNs - B - IPCA.....	3,37	3,99

**9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS**

**9.1 PRÊMIOS A RECEBER**

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Automóveis.....	1.124.303	(1.478)	1.122.825	1.207.978
Resp. Civil facultativa - RCF.....	418.549	(374)	418.175	403.721
Assistência e outras coberturas - Auto.....	224.196	(40)	224.156	210.910
	<b>1.767.048</b>	<b>(1.892)</b>	<b>1.765.156</b>	<b>1.822.609</b>

**9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS**

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
A vencer ...	1.587.581	(76)	1.587.504	1.641.527
Vencidos até 30 dias.....	153.528	(257)	153.271	155.096
Vencidos 31 a 60 dias.....	23.358	(434)	22.924	23.088
Vencidos 61 a 90 dias.....	1.192	(74)	1.118	1.118
Vencidos 91 a 120 dias.....	214	(28)	186	231
Vencidos 121 a 180 dias.....	88	(29)	59	82
Vencidos 181 a 365 dias.....	113	(87)	26	687
Vencidos acima de 365 dias.....	975	(907)	68	780
	<b>1.767.049</b>	<b>(1.892)</b>	<b>1.765.156</b>	<b>1.822.609</b>

**9.1.2 MOVIMENTAÇÃO**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>1.820.690</b>	<b>1.820.690</b>
(+) Prêmios emitidos.....	5.093.828	5.250.435
(+) IOF.....	354.949	369.612
(+) Adicional de fracionamento.....	23.283	35.752
(-) Prêmios cancelados.....	(296.652)	(271.417)
(-) Recebimentos.....	(5.230.967)	(5.226.838)
(Constituição)/reversão de provisão para perda.....	25	1.885
<b>Saldo final</b> .....	<b>1.765.156</b>	<b>1.820.690</b>

**9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>(1.919)</b>	<b>(3.804)</b>
(+) Provisões constituídas.....	(19.101)	(45.933)
(-) Reversão.....	19.128	47.818
<b>Saldo final</b> .....	<b>(1.892)</b>	<b>(1.919)</b>

**9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO**

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Automóvel.....	1 a 5	31%	41%
	6 a 11	48%	45%
	12	22%	14%

**10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i).....	96.679	86.041
IRPJ.....	634	27
CSLL.....	1.190	511
Outros.....	98.503	86.668
Circulante.....	824	627
Não circulante.....	96.679	86.041

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

**10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS**

**10.1.1 ATIVO**

	Dezembro de 2023	Consti-tuição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão para riscos de créditos.....	571	256	(248)	579
Provisão para obrigações legais.....	8.922	668	(2.360)	7.230
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.....	29.233	(1.196)	(3.756)	24.281
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros.....	22.552	16.720	(1.379)	37.893
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas.....	1.582	1.769	(751)	2.600
Provisão de participação de lucros.....	6.069	9.997	(14.333)	1.733
Outras provisões.....	17.112	9.400	(4.147)	22.363
	<b>86.041</b>	<b>37.614</b>	<b>(26.974)</b>	<b>96.679</b>

**10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO**

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	em diante	Total
Saldo realizado em.....	36.365	21.401	7.782	10.890	154	-	-	20.087
								<b>96.679</b>

**10.1.3 PASSIVO**

	Dezembro de 2023	Consti-tuição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
<b>IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa</b>				
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos.....	13.318	2.519	(4.547)	11.290
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	7.728	2.350	(3.484)	6.594
IR e CS sobre reavaliação de imóveis.....	921	1	(19)	903
	<b>21.967</b>	<b>4.870</b>	<b>(8.050)</b>	<b>18.787</b>

**10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A).....	431.692	688.559
Alíquota vigente.....	40%	40%
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....</b>	<b>(172.677)</b>	<b>(275.424)</b>
Equivalência patrimonial.....	(36)	-
Inovação tecnológica.....	1.144	2.135
Depósitos judiciais.....	7.146	1.373
Doações/ incentivos.....	(689)	-
Participação nos lucros - administradores.....	1.049	8.083
Outros.....	921	1
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....</b>	<b>8.614</b>	<b>11.591</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C).....</b>	<b>(164.063)</b>	<b>(263.833)</b>
<b>Taxa efetiva (D/A).....</b>	<b>38,0%</b>	<b>38,3%</b>

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
COFINS (i).....	35.232	34.216
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i).....	16.365	



